

# Lula dá a largada na contramão do que levou ao sucesso de seus dois governos

Presidente eleito tem em seu próprio passado evidências de como tirar milhões da miséria

Fernando Canzian

**SÃO PAULO** Ao defender furar o teto de gastos como "responsabilidade social" e tentar manter fora da atual âncora fiscal despesas da Bolsa Família ressuscitado, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), embarca na contramão do caminho que levou ao sucesso de seus dois governos, entre 2003 e 2010.

Estimativas apontam um valor de R\$ 175 bilhões ao ano, equivalente a cerca de 2% do PIB, o que o novo governo quer manter fora do teto ao longo de seu mandato.

O valor pressionará o aumento da dívida pública e tornará muito difícil para Lula conseguir terminar seu governo (com essas despesas adicionais) realizando um superávit primário de 2% do PIB, considerado necessário para estabilizar a dívida pública em relação ao PIB.

O superávit primário é a economia que o governo deveria fazer, entre arrecadação e despesas, para pagar juros da dívida pública. Se não o faz, a dívida aumenta, e o mercado exigirá juros cada vez mais altos do governo para financiá-lo.

Isso compromete investimentos produtivos e encarece empréstimos a consumidores, derrubando a economia. Também acaba levando a mais inflação, à medida que o governo terá de emitir dinheiro para financiar gastos e o pagamento de juros, trazendo um cenário de estagflação (recessão com inflação).

Dados dos últimos 20 anos deixam claro que a responsabilidade fiscal e os superávits primários foram fundamentais para que Lula fizesse mais pelo social — como diz ser sua prioridade agora.

Ao realizar superávits todos os anos, entre 2003 e 2010, para reduzir a dívida pública, Lula obteve taxa média anual de crescimento do PIB de 4% (quase o dobro da era FHC), baixou o desemprego, a miséria, a inflação, o dólar e aumentou os investimentos no país.

Isso ocorreu pelo fato de os agentes econômicos (empresas, mercado financeiro, empreendedores) confiarem na solvência do país com a diminuição da dívida pública proporcionada pelos superávits.

Com isso, o governo pagou juros mais baixos para se financiar, afastando a necessidade de um eventual aumento da carga tributária para pagar a dívida. Deu-se, então, um ciclo virtuoso de crescimento sustentável.

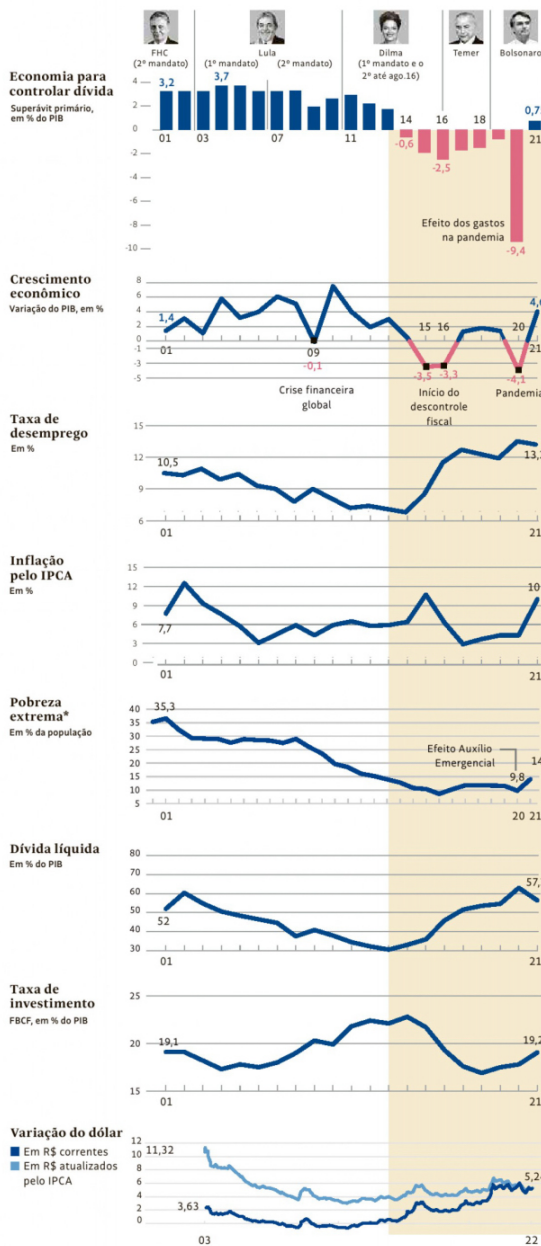
Ponto que Lula mais enfatiza em seus discursos, o período de superávits contribuiu para que seu governo cortasse à metade o total de miseráveis no Brasil, de 29%, em 2003, para 14%, em 2010.

Segundo dados da FGV Social daquele período, quanto mais pobre, maior foi o aumento real na renda, o que contribuiu para a travessia de milhões de brasileiros da classe D/E para a C — agora mais próxima do bolsonarismo.

A taxa de pobreza extrema continuou caindo quando Lula a deixou a Presidência. Mas só até quando sua sucessora, Dilma Rousseff, interrompeu o controle de gastos e deixou de fazer superávits, a partir de 2014. dali em diante, todos os indicadores pioraram, e o Brasil viveu a estagflação ao final do governo Dilma.

O longo período de baixo crescimento que se seguiu ao fim dos superávits em 2014 afetou diretamente os mais pobres e os informais, agora alvos de programas sociais como o Auxílio Brasil e da política em torno da responsabilidade fiscal versus social.

## Brasil melhorou com superávits e piorou após déficits



\*Renda domiciliar per capita até R\$ 290 (a preços de 2022) a partir dos microdados harmonizados da PnadC e da Pnad Covid do IBGE. Para 2020, estimativa preliminar pela Pnad Covid. Fontes: FGV Social, Ministério da Economia, IBGE, Banco Central, FMI, MB Associados e Elaboração Marcos Hecksher (ENCE/IBGE) com dados do Banco Central e IBGE.

com benefícios tributários concedidos a empresas e setores — quase o dobro do que a chamada PEC da Transição poderá custar para adequar o Orçamento de 2023 e atender as promessas de campanha de Lula.

Os chamados benefícios tributários, financeiros e creditícios a setores e empresas dobraram nos governos Lula e Dilma e hoje equivalem a quase 4,5% do PIB. Grande parte refere-se ao Simples, que tem levado muitos empresários individuais a pagar, proporcionalmente, menos impostos.

Mas, mesmo que se mantenha o Simples, especialistas veem muito espaço para cortes nesses benefícios. Análise do Banco Mundial sobre políticas de incentivos em Brasil, Austrália, Canadá, Coreia do Sul e México concluiu que só o caso brasileiro resultou na combinação de aumento dos gastos tributários e queda na arrecadação — sugerindo que eles não aceleraram o crescimento.

O Brasil também gasta cerca de 25% do PIB (R\$ 2,2 trilhões) na área social, incluindo saúde, educação e Previdência. Enquanto vigorou, o Bolsa Família consumia pouco mais de 0,5% do PIB (cerca de 43,5 bilhões a preços de 2021), sendo bem-sucedido por causa da focalização.

Especialistas defendem, por exemplo, um programa que chegasse a 1% do PIB (quase R\$ 90 bilhões), mas muito bem focalizado, e que leve em conta as vulnerabilidades de cada família e número de filhos, entre outros fatores.

A proposta de Lula (assim como a de Jair Bolsonaro) prevê, ao contrário, um valor linear de R\$ 600 a todos os atendidos, independentemente do tamanho da família e de suas necessidades. Isso só torna o programa mais caro e sem foco naqueles que de fato estão na pobreza extrema — cerca de 14% dos brasileiros (30 milhões).

Diante da precariedade das contas públicas e da experiência progressa, Lula e equipe poderiam se debruçar sobre o que deu certo, e onde é possível economizar e melhorar a eficiência da despesa pública.

Como a trajetória de Lula e Dilma na Presidência demonstrou, há dois caminhos a seguir. Lula parece estar pegando a via errada.

## Gov. prevê reajuste de 6% para aposentadorias do INSS em 2023

A nova previsão de inflação do governo federal aponta reajuste de 6% nas aposentadorias do INSS em 2023. O INPC, usado para corrigir salários e benefícios no país, deve fechar o ano menor que o previsto anteriormente pela equipe econômica. O índice final a ser aplicado, entretanto, só será conhecido em 10 de janeiro, quando o IBGE divulgará a inflação de 2022. Com o reajuste previsto em 6%, o teto do INSS chegaria a R\$ 7.512,45. Já o salário mínimo ficaria em R\$ 1.302 com a aplicação da inflação estimada em 6% mais um aumento real de 1,3% ou 1,4%, conforme prevê a equipe de transição do governo Lula. O Ministério da Economia também piorou a estimativa de alta do PIB em 2023 para 2,1%, ante previsão anterior de 2,5%.